



CHECKLIST

Recomendamos que os processos administrativos sejam instruídos com os documentos e informações descritas neste checklist – nota de conferência:

ÍTEM	DESCRIÇÃO	Observações/ folhas
1	Termo de Referência, podendo ser simplificado, contendo: I – caracterização da situação emergencial (COVID-19); II – descrição do objeto e sua relevância para enfrentamento da emergência; III – fundamentação simplificada da contratação; IV – descrição resumida da solução apresentada; V – requisitos da contratação (incluindo definições e quantitativos); VI – critérios de medição e pagamento; VII – aprovação do Termo de Referência pela autoridade competente.	
2	Declaração de que não há contrato/ata vigentes para o serviço/materials objeto do processo administrativo instaurado, salvo se os fornecedores vencedores do processo licitatório não dispuserem do objeto em tempo hábil, ou, se verificada e comprovada que a contratação emergencial for mais vantajosa para a Administração.	
3	Parecer Jurídico	
4	Justificativa da escolha do fornecedor ou executante	
5	Justificativa do preço da contratação baseada em pesquisa de preços, com análise crítica do setor responsável pela pesquisa, observando os parâmetros do Inciso VI, §1º e §2º, do art. 4º-E da Lei Federal nº 13.979/2020	
6	Emissão de nota de pré-empenho	
7	Minuta do contrato, observando os artigos 4º-H e 4º-I da Lei Federal nº 13.979/2020.	
8	Aprovação da Minuta de Contrato pela Autoridade Competente	



RISCOS/ AÇÕES DE CONTROLE

Diante da urgência das aquisições/contratações para o enfrentamento da pandemia do CORONAVÍRUS, e no intuito de prevenir situações que possam comprometer a realização de procedimentos em conformidade com os princípios que regem a boa aplicação dos recursos públicos, apresentamos abaixo uma matriz com os principais riscos.

Matriz de Risco - Contratações emergenciais COVID - 19				
1	Adequação da aquisição/contratação	1.1 Aquisição de produtos/contratação de serviços não relacionados com o enfrentamento do COVID 19;	1.1.1	Indicar na justificativa da contratação em que medida a aquisição/contratação ajuda no enfrentamento do COVID 19.
			1.1.2	Juntar aos autos declaração da autoridade competente de que a contratação/ aquisição atendem aos quesitos listados pelo Art. 4º-B da Lei Federal 13.979/2020.
			1.1.3	Termo de referência com caracterização da situação emergencial, fundamentação simplificada da contratação, descrição resumida da solução apresentada.
		1.2 Duplicidade de contratação/aquisição por mais de um órgão público estadual;	1.3.1	Controle centralizado de requisições no Setor de Compras do Município.
		1.4 Existência de contratos vigentes para serviço/material solicitado	1.4.1	Declaração do setor de contratos/convênios de que não há contrato/ata vigentes para o serviço/material objeto do processo administrativo instaurado.
		1.5 Quantitativos superestimados ou subestimados	1.5.1	Observar parâmetros da Secretaria da Saúde, se existirem.
			1.5.2	Estabelecer quantitativo com base em informações do tipo: estimativa de pacientes a serem atendidos. Quantitativo de profissionais alocados nos serviços. Estimativa de tempo da crise do COVID 19, etc.
			1.5.3	Previsão de cláusula contratual para eventual utilização em quantitativo inferior ou necessidade de aumento da quantidade contratada.
		1.6 Utilização de procedimento de aquisição/contratação inadequado	1.6.1	Avaliar a melhor forma de contratação (Dispensa de licitação, pregão eletrônico ou adesão à ata de registro de preço).
2	Escolha do Fornecedor	2.1 Definição de especificações restritivas;	2.1.1	Estabelecer de forma objetiva, precisa, suficiente e clara as especificações do objeto, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição.
			2.1.2	Justificar de forma adequada a escolha das exigências de comprovação de qualificação técnica.

COMPRAS E CONTRATAÇÕES À LUZ DA LEI 13.979/2020

8 | Página

		2.2	Direcionamento da aquisição para determinados fornecedores.	2.2.1	Evitar especificações que indiquem determinadas características comuns a apenas a um fornecedor ou grupos específicos de fornecedores.
		2.3	Possibilidade de o fornecedor auferir ganhos indevidos decorrentes dessa contratação depois de superada a emergência do COVID-19. (ex.: aquisição de equipamentos que, após o surto, deverão ter contratos de manutenção exclusivos)	2.3.1	Evitar especificações que indiquem determinadas características que gerem exclusividade.
3	Justificativa de Preços	3.1	Ausência de pesquisa de preços ou pesquisa insuficiente;	3.1.1	Buscar ampliar a pesquisa de preços, verificando: preços atuais praticados por outros Estados/Municípios ou pela União. Fornecedores, etc.. demonstrando nos autos as tentativas empreendidas (cópias de emails de envio/resposta, consulta a sítio eletrônicos) e providenciando justificativa para a impossibilidade de ampliação, se for o caso.
		3.2	Prática de sobrepreços decorrentes da alta demanda da atual situação;	3.2.1	Verificar se a contratação/aquisição foi realizada por outros Entes Públicos ou Entidade Privada.
				3.2.2	Comparar os preços a serem praticados com os de outros realizados pela empresa atualmente, buscando negociar preços mais atrativos, se for o caso.
				3.2.3	Utilizar preços de referências e/ou tabelados, se for o caso.
				3.2.4	Justificativa do preço da contratação baseada em pesquisa de preços, com análise crítica do setor responsável pela pesquisa, observando os parâmetros do Inciso VI, § 1º, Art.4º-E , da Lei Federal 13.979/2020 (COVID).
				3.2.5	Se for o caso, obter declaração do ordenador ratificando os preços na forma do parágrafo 2º, art. 4º-E, da Lei Federal n 13.979/2020).
		3.3	Manipulação de preços por empresas, visando a aumentar o valor a ser firmado	3.3.1	Consultar, se possível, o maior número de fornecedores.
				3.3.2	Adotar práticas para evitar o conluio, como por exemplo: estruturar a contratação de forma a maximizar a participação potencial de candidatos que genuinamente concorram entre si. Não divulgar às empresas as outras fontes consultadas, etc.
				3.3.3	Quadro societário das empresas contratadas possui algum vínculo com servidores municipais ou com outras empresas do certame, Estado.
4	Formalização contratual	4.1	Contratos com cláusulas indevidas	4.1.1	Aprovação da Minuta de Contrato pela Autoridade Competente (se for o caso).
		4.2	Atraso na aquisição/contratação devido a demora na formalização contratual	4.2.1	Emissão de ordem de fornecimento ou de serviço antes da formalização do contrato, com regularização posterior com vigência retroativa à expedição da respectiva ordem.

COMPRAS E CONTRATAÇÕES À LUZ DA LEI 13.979/2020

9 | Página

		4.3	Atraso na aquisição/contratação devido a fim da vigência contratual prevista inicialmente	4.3.1	Possibilidade de prorrogação por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública, mediante justificativa formal da autoridade competente do órgão contratante
5	Entrega do material/Equipamento (especificação, prazo e logística)	5.1	Prazo exíso definido para entrega, tornando a aquisição inóportuna;	5.1.1	Estabelecer prazo condizente com a urgência da situação.
		5.2	Entrega intempestiva dos materiais/Equipamentos (após o pico de necessidade)	5.2.1	Definir cronograma com a possibilidade de entregas parceladas para grandes quantidades, se for o caso, condizentes com a urgência da situação.
		5.3	Entrega de materiais/Equipamentos fora das especificações definidas;	5.3.1	Estabelecer de forma objetiva, precisa, suficiente e clara as especificações do objeto.
		5.4	Entrega de materiais/Equipamentos em quantitativos inferiores aos demandados;	5.4.1	Estabelecer rotina de conferência de quantitativo de materiais.
		5.5	Entrega centralizada levando a atrasos na distribuição aos locais com necessidades urgentes	5.5.1	Programar a entrega conforme o destinatário do bem.
6	Distribuição do material/Equipamento (necessidade, prazo e logística)	6.1	Distribuição desequilibrada dos bens/Equipamentos em relação à demanda	6.1.1	Justificar a distribuição de bens/Equipamentos com base em estudos de demanda.
		6.2	Subutilização dos materiais/Equipamentos entregues por falta de condições adequadas de uso/Instalação	6.2.1	Avaliar os locais de distribuição de bens/Equipamentos, de forma a poderem ser devidamente utilizados.
		6.3	Subutilização dos materiais/Equipamentos entregues por falta de profissionais aptos à utilização	6.3.1	Avaliar as condições acessórias para a efetividade do objeto (material/Equipamento) antes da contratação (tal avaliação deverá ser parte do termo de referência).
		6.4	Entrega de equipamentos para unidades sem recursos para custear serviços de manutenção e/ou pessoal podendo causar bloqueio por falha no funcionamento dos equipamentos ou uso dos materiais	6.4.1	Programar custos de manutenção futura e designar servidores suficientes para operação de equipamentos ou utilização do bens.
7	Adequação da execução orçamentária e financeira	7.1	Atraso no pagamento por insuficiência de recurso financeiro	7.2.1	Declaração da Autoridade Competente da disponibilidade financeira, conforme disposto pelo o art. 10 da Lei Complementar 946/2020 COVID (se for o caso).
		7.2	Pagamentos indevidos ou em valores incorretos (sem considerar glosas)	7.3.1	Estabelecer rotina de conferência antes da efetivação do pagamento.
8	Publicidade	8.1	Ausência de publicidade	8.1.1	Divulgar instrumento contratual em silo específico de despesas relacionadas ao COVID.